



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

**ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA PERCEPÇÃO DA
COMUNIDADE LOCAL E DE VISITANTES: O CASO DE ALTER-DO-CHÃO,
PARÁ, BRASIL**

SAMARA FIGUEIREDO DOS SANTOS

SANTARÉM, PARÁ
DEZ/2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA PERCEPÇÃO DA
COMUNIDADE LOCAL E DE VISITANTES: O CASO DE ALTER-DO-CHÃO,
PARÁ, BRASIL

SAMARA FIGUEIREDO DOS SANTOS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Instituto de Biodiversidade e Florestas, da Universidade Federal do Oeste do Pará, para a obtenção do título de Bacharela Interdisciplinar em Ciências Agrárias, com ênfase em Recursos Florestais.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira

SANTARÉM, PARÁ
DEZ/2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS

ATA DE DEFESA PÚBLICA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove, às 10:00 horas, horário de Brasília, em sessão pública na Sala 319, do Centro de Formação Interdisciplinar, Unidade Amazônia, do Campus de Santarém da UFOPA, na presença da Banca Examinadora presidida neste ato pelo Prof. M.Sc. Manoel José Oliveira da Cruz, representando o orientador Prof. Dr. Thiago Almeida Vieira, e composta pelas examinadoras: Prof^a. Dr^a. Helionora da Silva Alves e Prof. Dra. Denise Castro Lustosa, a discente Samara Figueiredo dos Santos apresentou o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “*Ecoturismo e conservação ambiental na percepção da comunidade local e de visitantes: o caso de Alter do Chão, Pará, Brasil*” como requisito curricular indispensável para a integralização do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias. Após reunião em sessão reservada, a Banca Examinadora deliberou e decidiu pela APROVAÇÃO do referido trabalho, com a nota final 9,5, divulgando o resultado formalmente a discente e demais presentes. Eu, na qualidade de Presidente da Banca, lavrei a presente ata que será assinada por mim, pelos demais examinadoras e pela discente.

Santarém, 11 de dezembro de 2019.

Prof. M.Sc. Manoel José Oliveira da Cruz (UFOPA/IBEF)
Presidente da Banca, *em exercício*

Prof^a. Dr^a. Helionora da Silva Alves (UFOPA/IBEF)
1^a Examinadora

Prof^a. Dr^a. Denise Castro Lustosa (UFOPA/IBEF)
2^a Examinadora

Samara Figueiredo dos Santos
Discente

“As tarefas que nos propomos, devem conter exigências que parecem ir além de nossas forças. Caso contrário, não descobriremos nosso poder, nem conhecemos nossas energias escondidas e assim deixamos de crescer.”

Leonardo Boff

Em primeiro lugar agradeço a Deus por ter me proporcionado todo entendimento e sabedoria. Depois agradeço a minha família que sempre se fez presente, me dando todo apoio e auxílio durante a construção dessa pesquisa, em especial Fernando Bernardes, Ivanei Figueiredo, Silmara Figueiredo e Fernando Lucas Figueiredo.

Gostaria de agradecer também aos meus amigos Emeli Suzane Costa Gomes e Rickey Eslli Tavares, que me auxiliaram durante a obtenção dos dados e tabulação.

Agradeço meu orientador Prof. Dr. Thiago Vieira, que dedicou seu tempo ao meu trabalho e me proporcionou todo o suporte para o desenvolvimento e consumação deste trabalho.

SUMÁRIO

Resumo.....	7
Abstract.....	8
Introdução.....	9
Metodologia.....	11
Resultados e Discussão.....	12
Conclusão.....	20
Referências.....	21
Anexo A: Normas da Revista.....	23

ECOTURISMO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL NA PERCEPÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL E DE VISITANTES: O CASO DE ALTER-DO-CHÃO, PARÁ, BRASIL

RESUMO

O ecoturismo é visto como um segmento da atividade turística que faz uso de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, e que motiva a conservação em busca da formação de uma consciência ambientalista. Diante disso este trabalho objetiva saber como a prática de atividades ecoturísticas na Área de Preservação Ambiental (APA) Alter do Chão tem contribuído para a conservação do local e qual tem sido a sua influência para a economia local na percepção dos trabalhadores locais e dos visitantes. A pesquisa foi realizada na vila de Alter do Chão. O método utilizado foi um estudo de caso, com abordagem a quanti/qualitativa. O instrumento consistiu na realização de entrevista estruturada, direcionada aos turistas que estavam visitando o local, e aos trabalhadores, como catraieiros, donos de agências de passeios, motoristas das lanchas de travessia, e guias turísticos, que desenvolvem a atividade de ecoturismo em Alter do Chão. Foram aplicados 30 questionários para os trabalhadores, e 30 direcionados aos turistas, totalizando um universo de 60 entrevistados. Os dados obtidos por meio de análise de conteúdo demonstraram que a principal percepção dos trabalhadores está associada a geração de renda. Além disso, a beleza natural atribuída a valorização do meio ambiente conferiu grande importância na apreciação da APA Alter do Chão, por isso é indispensável o cuidado referente aos aspectos característicos dessa paisagem. Por outro lado, a falta de comprometimento com o meio ambiente é um dos fatores que geram a sua degradação, por isso a adoção de informações de permitam a interiorização de práticas ambientais corretas possibilitam a conservação sustentabilidade do local. Existem fragilidades acerca de práticas que fortaleçam a conservação da APA Alter do Chão, pois a maioria dos turistas demonstraram insatisfação quando perguntado sobre a conservação do local.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Recursos Naturais. Educação Ambiental. Amazônia.

ECOTOURISM AND ENVIRONMENTAL CONSERVATION IN PERCEPTION OF THE LOCAL COMMUNITY AND VISITORS: THE CASE OF ALTER-DO-CHÃO, PARÁ, BRAZIL

ABSTRACT

Ecotourism is seen as a segment of tourism that makes sustainable use of the natural and cultural heritage, and motivates conservation in search of the formation of an environmentalist conscience. Therefore, this work aims to know how the practice of ecotourism activities at APA Alter do Chão has contributed to the conservation of the place and what has been its influence on the local economy in the perception of local workers and visitors. The research was conducted in the village of Alter do Chão, considered as an Environmental Protection Area (APA). The method used was a Case Study, whose approach was based on quantitative / qualitative. The instrument consisted of applying a structured interview, directed to tourists who were visiting the site, and workers, such as catraieiros, owners of tour agencies, motorboat drivers, and tour guides, who develop ecotourism activity in Alter do Floor. Thirty questionnaires were applied to the workers, and 30 directed to tourists, totaling a universe of 60 respondents. Data obtained through content analysis showed that the main perception of workers is associated with income generation. Moreover, the natural beauty attributed to appreciation of the environment has given great importance in assessing the APA Alter do Chão, so it's essential care regarding the characteristic features of this landscape. On the other hand, the lack of commitment to the environment is one of the factors that cause its degradation, so the adoption of information that allows the internalization of correct environmental practices enables the preservation and sustainability of the site. There are weaknesses about practices that strengthen the conservation of Alter do Chão APA, as most respondents expressed dissatisfaction when asked about the conservation of the site.

KEYWORDS: Sustainability. Natural Resources. Environmental Education. Amazon

1. INTRODUÇÃO

No território brasileiro, o ecoturismo surgiu associado a atividades de educação ambiental na década de 1980, sendo sua base pautada na formação do sujeito ecológico, atrelado a ruptura da sociedade de consumo (FURLAN, 2003).

Ao longo dos anos, em meados da década de 1990, as paisagens naturais foram se destacando, e tornaram-se cada vez mais solicitadas pelos turistas, que por outro lado, estavam motivados a desligarem-se das suas atividades convencionais e do estresse ocasionado nos grandes centros urbanos, priorizando assim a natureza, que passou a ser vista como um argumento comercial e valioso (LIMA, 2003).

Assim, as viagens turísticas aumentaram para lugares tradicionalmente visitados, com diversos roteiros, que estavam ligados à vida silvestre ou à parcela intocada da natureza, o que propiciou a dinamização do setor e mudança de comportamento por parte dos visitantes (RODRIGUES, 2002).

O ecoturismo é visto como um segmento da atividade turística que faz uso de forma sustentável do patrimônio natural e cultural, e que motiva a conservação em busca da formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994).

No Brasil, diferente de outros países, essa atividade tem sido pouco incentivada, mas é de suma importância a sua compreensão, pois trata-se de um componente importante da política governamental em muitos países desenvolvidos e em desenvolvimento, por assumir enorme potencial na conservação do patrimônio cultural e natural, potencializando os ganhos financeiros das regiões próximas e dos próprios gestores, com a utilização de hotéis, restaurantes, esportes e opções ecoturísticas (RANGEL e SINAY, 2019).

A Lei n. 9985, de 18 de julho de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), regulamenta, em parte, o Art. 2, § 1º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal Brasileira, à medida que apresenta as Unidades de Conservação com o espaço territorial em que seus recursos ambientais estão sob regime especial de administração visando a proteção destas áreas (PLANALTO, 2019).

A referida lei mostra que a conservação da natureza é feita com o manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de

atender as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

A sociedade moderna tem grande capacidade de apropriação e por isso transforma o espaço onde está inserida, com a utilização de técnicas e produções comerciais, cada vez mais avançadas, que possibilita aos seres humanos o exercício do controle crescente sobre a natureza, deixando assim, o espaço aos poucos artificializado, opondo-se ao caráter natural original (RAMOS e OLIVEIRA, 2008).

O desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas é uma forma de fomentar a conservação da natureza, promover o desenvolvimento de economias deprimidas e beneficiar comunidades locais, como também, está relacionado intimamente com o consumo e venda de paisagem, onde várias comunidades veem a possibilidade de usar os seus recursos naturais, como forma de geração de renda e crescimento econômico para suas populações (SILVA, 2010).

A atividade de ecoturismo compreende três importantes vertentes, que são elas: o papel desempenhado na proteção ambiental; trocas culturais; e a geração de emprego e renda (LAYRARGUES, 2006). Os objetivos de conservação ambiental, tanto entre a comunidade local, quanto entre turistas, podem proporcionar benefícios sociais e ambientais; essencialmente interdependentes (ANDRÉ et al., 2017).

Os benefícios sociais que advêm para as comunidades como resultado do ecoturismo, podem impulsionar o crescimento global dos padrões de vida, devido ao estímulo econômico gerado pela maior visitação ao local, como também, os benefícios ambientais emergentes da ação da comunidade induzida a proteger os ambientes naturais de modo a sustentar o turismo economicamente viável (SWARBROOKE, 2000).

Contudo, a inserção desses espaços na economia de mercado possibilita a exploração predatória, que pode destruir o seu equilíbrio. Assim, independente do grau de alteração desses espaços, toda atividade ecoturística provoca uma modificação no sistema natural onde é desenvolvida (SILVA, 2010).

A APA Alter do Chão, possui a praia eleita pelo jornal Inglês “THE GUARDIAN” como a mais bonita do Brasil., a frente de praias como Fernando de Noronha, além disso, possui um Aquífero com um imenso reservatório de água doce potável, categorizado como o maior do mundo com o dobro da capacidade do Aquífero Guarani, com estimativa de 546 metros de espessura, equivalente a 19 mil baías de Guanabara (PROJETO AGENDA CIDADÃ, 2010).

Diante disso, visto a importância da atividade do ecoturismo e a crescente problemática ambiental, este trabalho objetiva saber como a prática de atividades ecoturísticas desenvolvidas na Área de Proteção Ambiental (APA) de Alter do Chão, Santarém (PA), tem contribuído para a conservação e qual a sua contribuição para a economia local na percepção dos trabalhadores locais e dos turistas.

2. METODOLOGIA

2.1. Área de Estudo

A pesquisa foi realizada na vila de Alter do Chão (Figura 1), considerada como uma APA, localizada a 32,2 km da cidade de Santarém, oeste do Pará, com temperatura média de 24° a 31° C, enquanto a altitude média é de 16 m (IBGE, 2019).

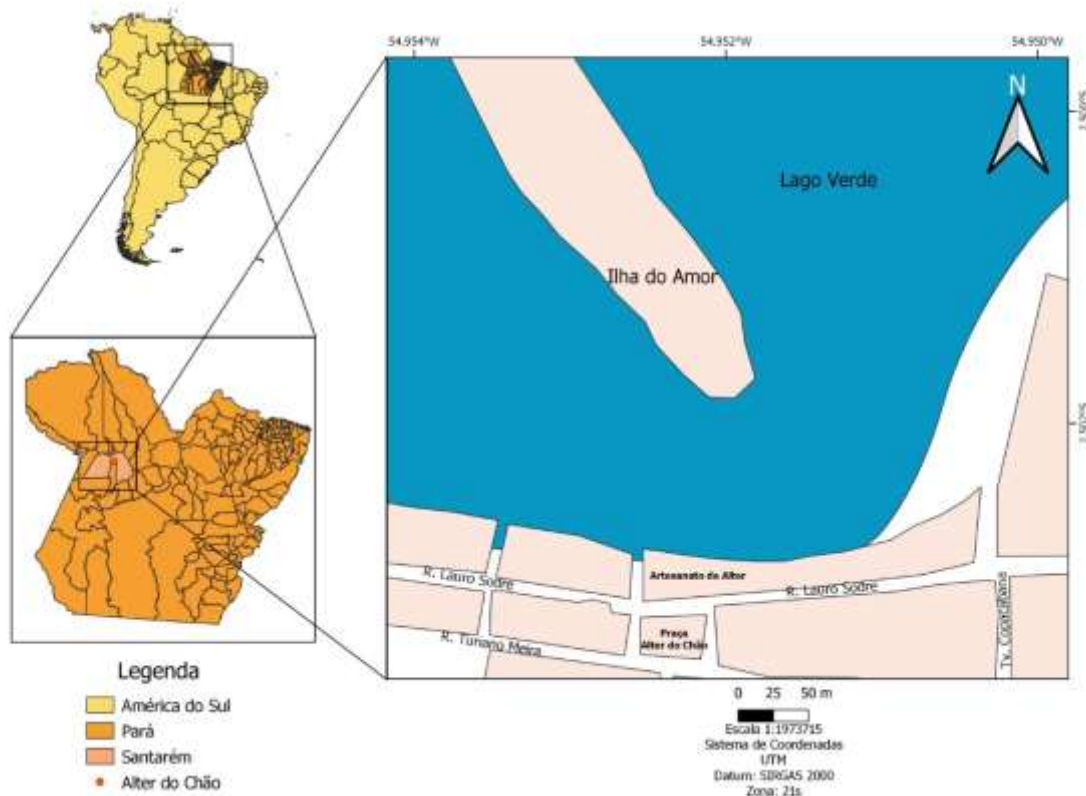


Figura 1:Localização da vila de Alter do Chão, inserida na Área de Proteção Ambiental homônima.

Fonte: Gomes (2019)

2.2. Método e Abordagem

O método utilizado consistiu em um estudo de caso. Yin (2010, p.24) afirma que o estudo de caso se apresenta comum a distintas ciências. Além disso, permite que os investigadores obtenham as características holísticas e significativas da vida real, e isso envolve também a dinâmica vivencial de cada participante da pesquisa (SANTOS, 2016). A amostra conduziu-se de forma aleatória, de forma a contemplar o público alvo.

A abordagem utilizada foi baseada na abordagem quanti/qualitativa, pois ambas possuem técnicas que se complementam para a compreensão de problemas (ALVES, 1991).

2.3 Instrumentos de coleta de dados

O instrumento consistiu na realização de entrevista estruturada, direcionadas aos turistas que estavam visitando o local, e a trabalhadores, sendo: 10 catraieiros, 5 donos de agências de passeios, 10 motoristas das lanchas de travessia, e 5 guias turísticos, que desenvolvem a atividade de ecoturismo em Alter-do-Chão.

Foram aplicados 30 questionários para os trabalhadores, e 30 direcionados aos turistas, que frequentaram o local, totalizando 60 entrevistados, com o objetivo de entender e compreender a visão holística dos participantes com relação a percepção ambiental e social sobre a APA Alter do Chão. Os questionários continham as seguintes perguntas para os trabalhadores: a) a origem dos turistas que já tiveram contato com as prestações dos seus serviços; e b) a importância do ecoturismo em Alter do Chão. Já para os turistas buscou-se saber: a) a nacionalidade; b) o motivo da visita à APA Alter do Chão; c) a percepção dos preços cobrados nos serviços de ecoturismo desenvolvidos na APA; d) percepção sobre a conservação da APA; e) percepção acerca do motivo de manter a APA conservada. As coletas dos dados foram realizadas em novembro de 2018 e junho de 2019, com o intuito de abranger a visita durante os períodos de cheia e vazante (época das praias), sazonalidade típica da região. A produção do mapa foi realizada no programa Qgis 3.4.6, para identificação da área. A técnica de análise embasou-se em Travassos (2006), que avalia os dados obtidos por meio de análise de conteúdo. Os dados foram tabulados no programa *Excel for Windows*[®] 2010.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Trabalhadores

Quando perguntado aos trabalhadores sobre a origem dos turistas que já tiveram contato na prestação de seus serviços, grande parte é de cidades brasileiras (Figura 2). Isto pode ser reflexo da grande presença de brasileiros vindo de outras regiões até a vila de Alter de Chão.

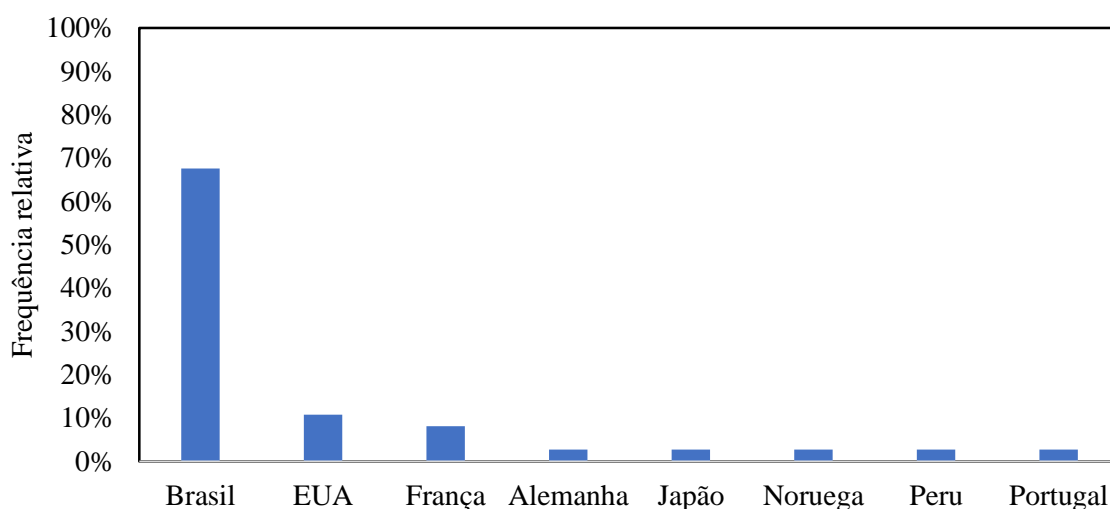


Figura 2. Nacionalidade dos turistas, conforme relatos de trabalhadores ocupados pelo turismo em Alter do Chão, Santarém, Brasil.

O fato de os brasileiros apresentarem um resultado expressivo na pesquisa mostra que existe uma grande aceitação por parte dos brasileiros pela beleza natural e cultural existente na região, assim como os visitantes dos Estados Unidos e até europeus, que representam a aceitação internacional do mercado ecoturístico da Amazônia.

A vila de Alter do Chão atrai pessoas de todas as partes do mundo, principalmente por conta de inúmeros atrativos culturais, comidas típicas, pousadas ecológicas e lojas de artesanatos. Nobrega (2012) enfatiza que as visitas relacionadas ao segmento ecoturístico se dão tanto a praia de Alter do Chão quanto aos atrativos como: lago verde e a ponta do cururu, além da Floresta Nacional do Tapajós que é dita como o principal ponto de referência.

O ecoturismo proporciona para a região o incentivo à visitação turística e desenvolvimento local, sendo uma atividade alternativa de desenvolvimento local, colocando a comunidade como centro do processo de planejamento e operacionalização, ressaltando todos os seus princípios (CRUZ et al., 2017).

Aos trabalhadores também foi questionado sobre a principal importância do ecoturismo em Alter do Chão, a principal percepção dos trabalhadores está associada à geração de renda (Figura 3). Ressalta-se que a expressão deste resultado pode ser fruto de que a atividade turística é a principal fonte de renda da vila.

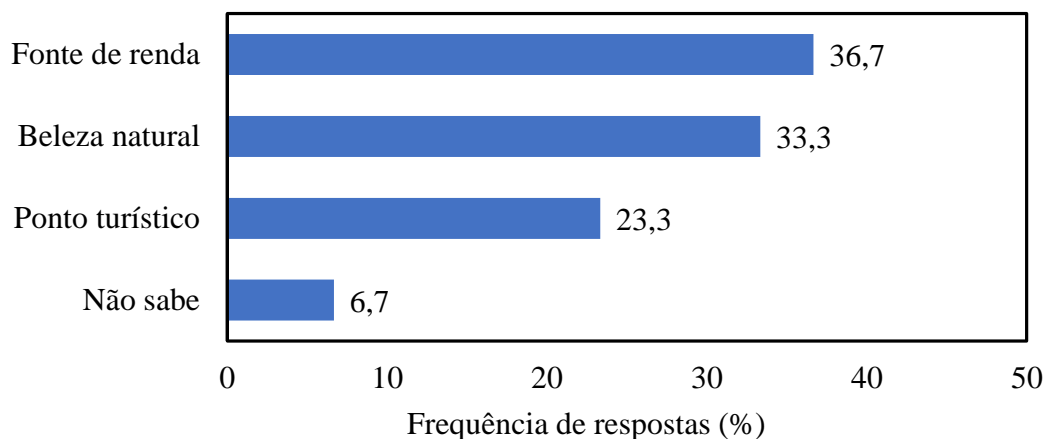


Figura 3. Importância da área de Proteção Ambiental de Alter do Chão (Pará) na percepção dos trabalhadores do ecoturismo.

O ecoturismo na APA Alter do Chão é desenvolvido em atividades como trilhas ecológicas, passeios de barco e lanchas pela região, além de passeios a canoa. Observa-se que a oportunidade da contemplação de belezas naturais vem a ser segunda importância atribuída pelos trabalhadores, demonstrando valor cultural associado a atividade que é desenvolvida, pois o fato de haver apreciação dos elementos característicos da paisagem natural, gera a necessidade de conservação para que o ambiente permaneça em condições de suprir necessidades das gerações atuais e também das futuras.

Vale ressaltar, que o ecoturismo, sendo um segmento do turismo, tende a ser um fortalecedor também da atividade turística, potencializando a realização de práticas que visem a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais para assim manter a paisagem natural. No entanto nota-se que o que tem levado as pessoas a visitar a APA Alter do Chão é o turismo, pela beleza natural do local e o ecoturismo é pouco vivenciado. Em realidade, Silva e Rocha (2014) mencionaram que a conservação ambiental e a valorização dos costumes e modo de vida social são cruciais à luz do conhecimento de ecoturismo, pois nesse viés está a utilização de forma sustentável, o incentivo a conservação, a formação de uma consciência ambientalista e a promoção de bem-estar.

Todavia, é importante frisar que a maioria dos trabalhadores entrevistados reconhecem a importância da atividade ecoturística na região, e por isso acredita-se que podem ser fortalecedores da atividade. Cruz et al. (2017) mostra, que a comunidade deve assumir um papel de protagonistas no planejamento e execução do ecoturismo, para assim alcançar resultados satisfatórios.

3.2 Turistas

Com relação aos turistas, quando perguntado sobre o seu local de origem, constatou-se que 87% são brasileiros, enquanto 13% são europeus (França, Inglaterra, Itália e Noruega). Observa-se que a grande aceitação dos brasileiros pela apreciação da natureza está associada a fuga dos centros urbanos, onde a natureza torna-se o refúgio do homem (LIMA, 2003). Nota-se também que essa necessidade alcança os países desenvolvidos, que veem na Amazônia, uma grande riqueza, fonte de biodiversidade e desenvolvimento (GAZONI e BRASILEIRO, 2018).

Para Silva (2013), o perfil de turistas que procuram espaços rurais é composto por cidadãos de classe média, que se deslocam a fim de experiências revigorantes, sendo estas áreas consideradas “paraíso na terra”, que o turista crê serem inexistentes nos meios urbanos, pois são espaços autênticos que oferecem tranquilidade, natureza, trocas culturais.

Nesse viés, Gazoni e Brasileiro (2018) apontam que a sustentabilidade se tornou a própria finalidade do desenvolvimento na Amazônia e por isso, é de fundamental importância a eficácia das políticas de desenvolvimento do turismo e que elas estejam também incorporadas para evitar impactos socioambientais locais. As Políticas Públicas adentram nesse cenário como estratégias espaciais de desenvolvimento, e estão em sua maioria ligadas as discussões pautadas no desenvolvimento local, com destaque nas relações entre Estado, turismo e desenvolvimento na análise das políticas de turismo voltadas a Santarém (CORDOVIL, 2018).

Acerca do motivo das visitas na APA Alter do Chão (Figura 4), a maioria dos turistas dizem ser pela beleza natural do local.

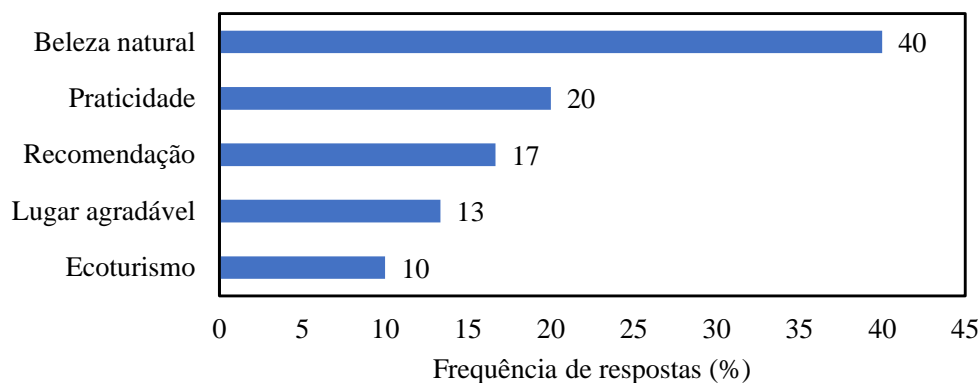


Figura 4: Motivo de visita de turistas a Alter do Chão, Santarém, Pará-Brasil.

É notório que a beleza natural atribuída a valorização do meio ambiente é de suma importância na apreciação da APA Alter do Chão, por isso é indispensável o cuidado referente aos aspectos característicos dessa paisagem, buscando assim soluções para o ainda recorrente descarte incorreto de resíduos sólidos, bem como planejamento correto do tratamento esgoto e local de lançamento das águas tratadas na natureza, pois o lixo ainda é visto a céu aberto e tubulações de esgoto serem direcionadas diretamente no rio.

Além disso, outro destaque voltou-se para a praticidade, isso deve-se ao curto trajeto feito do centro urbano ou aeroporto da cidade de Santarém (PA) até esse local. Sobre os turistas que disseram visitar Alter do Chão pelo apelo ecoturístico, é importante frisar que este segmento do turismo apresenta-se ainda como um dos menores percentuais, o que pode estar associado aos preços das atividades planejadas ou ao desconhecimento da maior parcela dos visitantes.

Em destaque, Costa e Furtado (2015) discutem que as Unidades de Conservação são vistas como um segmento para a prática do ecoturismo, principalmente por serem áreas de grande riqueza natural, e por isso, devem apresentar práticas sustentáveis, onde devem ser valorizadas e distribuídas de modo equitativo a riqueza gerada por essa atividade. Os autores acentuam que na prática do ecoturismo existe a necessidade de investimentos na implantação de uma infraestrutura adequada, programas que insiram a

participação da comunidade local, formação de guias, sendo esses, os próprios moradores locais e campanhas de educação Ambiental, que reforce a manutenção da natureza.

O ecoturismo pode ser vivenciado nas trilhas, na educação ambiental, nas informações repassadas aos visitantes referente à floresta, na importância das áreas conservadas e do papel que a unidade representa, pois, uma natureza bem conservada, com elementos estruturais que chamem atenção e valorizem a paisagem desperta uma consciência ambientalista (BOSETTI e OLIVEIRA, 2016).

Outro ponto na pesquisa voltou-se para saber a satisfação dos visitantes acerca dos preços cobrados nas atividades ecoturísticas no qual a maioria elucidou que estão satisfeitos com os preços, compondo 60% dos dados, enquanto que 40% mostraram-se insatisfeitos.

Oliveira et al. (2010) elucidaram a importância de se ter o plano ecoturístico de uma região que irá desenvolver este serviço, pois ele é visto como um potencial instrumento para a utilização econômica do local, desde que seja de forma planejada e esteja em consonância com a proteção da biodiversidade.

A relação entre os preços cobrados e as atividades vivenciadas devem estar relacionadas à valorização da identidade local, e a sustentabilidade dos recursos naturais. Pinto (2007) elucidou que a expressão “eco” envolve todos os elementos do ambiente, tornando-se extremamente abrangente e difícil de ser vivenciado no campo prático, por isso os empreendimentos ecoturísticos devem apresentar o viés de relação harmônica e de responsabilidade com o lugar ou região onde estão instalados, pois a falta dessa relação com o plano real, torna as abrangentes propostas de equilíbrio entre utilização e lucratividade um discurso meramente ideológico.

O ecoturismo utiliza a paisagem natural como uma forma de incentivar na população uma sensibilização ambiental e sustentável acerca dos recursos naturais, e por isso houve a necessidade de saber dos turistas entrevistados a sua percepção sobre a conservação da APA Alter do Chão, no qual obteve-se que a maioria, com (56%) considera que a APA Alter do Chão não está sendo conservada, com um percentual de e (44%) mostram-se satisfeitos com a conservação do local

É importante ressaltar que uma das principais formas de atrair visitantes para a região é por meio da valorização da paisagem natural, uma vez que o ecoturismo tem uma relação direta com os recursos da natureza. No entanto esses dados mostram um alerta acerca da falta de manutenção e fiscalização adequada que visem mudar o quadro

de degradação da paisagem, gerado pela falta de sensibilidade ambiental e ainda a ampliação e vivências do ecoturismo no local, junto a um plano de ecoturismo da região bem estruturado, onde a comunidade seja ativa e que ações ambientais com os turistas sejam fortalecidas.

Para Silva e Marques (2014), a falta de inserção das comunidades locais no ecoturismo realizado, aliado à falta de conservação do ambiente natural e a ausência da valorização dos costumes e modo de vida local, já colocam em ameaça o berço do ideal de ecoturismo.

A consequência do turismo sem planejamento sustentável, mencionado como “turismo em massa”, podem promover o desmatamento de áreas naturais, todavia, se a linha de sustentabilidade é seguida, pode-se ter uma possibilidade de utilização para que se mantenha a estratégia de conservação regional (GAZONI e BRASILEIRO, 2018).

Por isso, é crucial valorizar as políticas ambientais que norteiam a prática do turismo, pois se este está bem consolidado, terá estrutura para fortalecer o ecoturismo, que apresenta-se como o seu segmento, também conhecido na literatura como turismo ecológico. Alter do Chão é classificado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Turismo (Semdetur) como o principal atrativo do município de Santarém/Pará, mas atualmente tem funcionado de maneira autônoma, sem a gestão efetiva por parte dos órgãos públicos nesta localidade (SOUSA e MARQUES, 2016).

Em um dado momento também fez-se necessário saber a importância de manter a APA Alter do Chão preservada na percepção dos turistas (Figura 5). Observou-se que a maior atenção está na sustentabilidade do local.

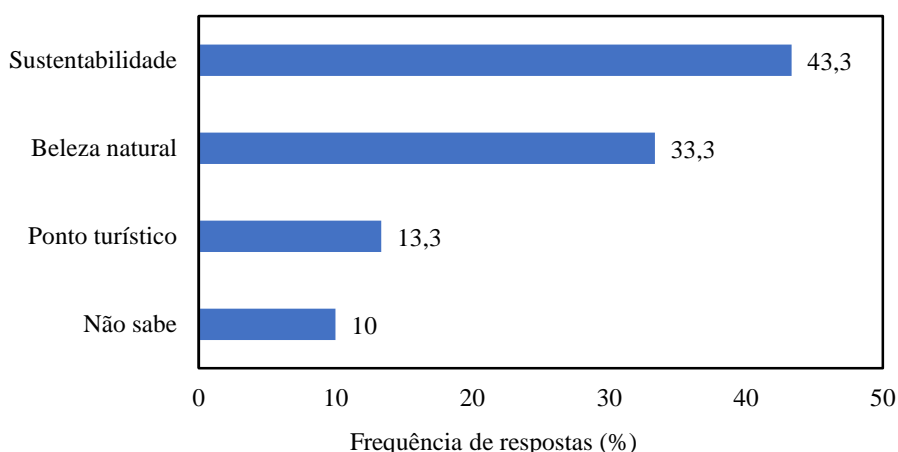


Figura 5: Percepção dos turistas acerca da importância da preservação da APA Alter do Chão, Brasil.

A sustentabilidade é um destaque crucial do ecoturismo, pois é através dela que os recursos naturais se mantem ao longo dos anos, permitindo com que as futuras gerações usufruam daquele ambiente de lazer (BRAZIL,1994). O ecoturismo é uma alternativa econômica que tem por perspectiva a sustentabilidade e ainda, uma alternativa para a conservação dos recursos naturais e culturais em Unidades de Conservação (BARBOSA e CAMPOS, 2017).

A atividade turística representa uma estratégia de desenvolvimento local, acenada pelos programas, planos e projetos criados para a Amazônia e Estado do Pará, nos quais o município de Santarém é incluído como espaço turístico (CORDOVIL, 2018).

No entanto apesar de a maioria entender a importância de manter a APA conservada, ainda se faz necessário incentivar no público visitante a relevância do cuidado com os recursos naturais pois a falta de vivências pode ser um dos fatores que levam a falta de comprometimento com o meio ambiente, que geram a degradação, sendo então indispensável a adoção de ações que promovam o compartilhamento de informações em prol de práticas ambientais corretas.

A ambientabilidade no turismo ecológico é vista na procura de paisagens em estado originário, sem transformações, com pequenas operações denotadoras de baixos efeitos impactantes e grande conservação do meio ambiente (COSTA, et al., 2006).

A pratica do ecoturismo como vem sendo apresentada no corpo deste texto é de suma importância em áreas de paisagens naturais, pois quando bem planejada e executada cria uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza e além disso, permite com que a economia de comunidades tradicionais que habitam a unidade seja desenvolvida de forma sustentável. Por outro lado, quando se pensa apenas no turismo sem a real importância de incentivar nos turistas uma sensibilidade ecológica, e na venda da paisagem como principal fonte de renda, cria uma lacuna no viés da sustentabilidade, para adentrar no cenário de antropização da paisagem.

Por fim, acredita-se que a falta de vivência do ecoturismo pode apresentar-se como uma ameaça na conservação da APA Alter do Chão, Brasil, e isso tende a apresentar forte influência na economia local.

4. CONCLUSÕES

O grande público de visitação de Alter do Chão no Brasil são os brasileiros como principais turistas visitantes, mas contempla o turismo internacional, e ambos buscam a beleza natural do local.

Para os trabalhadores o principal motivo da conservação da APA Alter do Chão está vinculado a geração de renda, enquanto os turistas ditam ser pela sustentabilidade.

A maioria dos turistas demonstraram-se satisfeitos com os preços cobrados nos serviços ecoturísticos.

Existem fragilidades no ecoturismo da APA Alter do chão que fortaleçam a sua conservação, pois a maioria dos entrevistados demonstraram insatisfação quando perguntado sobre a conservação do local.

5. REFERÊNCIAS

Alves, A.J. O Planejamento das pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de pesquisa*, 77,53-61, 1991.

André, T.; Mortati, A. F.; Almeida, T.; Giacomini, L. L. O herbário HSTM e a conservação da vegetação das praias de água doce e igapós de Alter do Chão (PA) a partir do turismo de observação de plantas. Redes de Herbários e Herbários Virtuais do Brasil – 68º Congresso Nacional de Botânica, UNISANTA, *Bioscience*. 6.5 – Edição Especial, 2017.

Brasil. Diretrizes para uma Política nacional de Ecoturismo. Brasília. *Embratur/Ibama*, 1994. Disponível em <
http://www.ecobrasil.provisorio.ws/images/BOCAINA/documentos/ecobrasil_diretrizes_politicanacionalecoturismo1994.pdf>. Acesso em: jul.2019.

Barbosa, H. D. de. A.; Campos, R. I. de. Experiências de turismo em Unidades de Conservação em áreas haliêuticas no Estado do Pará/Amazônia. *Turismo y Patrimônio Cultural*. 15(4), 823-839, 2017.issn: 1695-7121

Bosetti, C. S.; Oliveira, V. P. de. Ecoturismo e o turismo rural como estratégia: um estudo em propriedades rurais da região de Amaue/ SC. *Ágora*. 21,1, 43-63, 2016.issn: 2237-9010

Costa, F. W. D.; Furtado, M. L. S. Utilização das unidades da paisagem para a prática do ecoturismo na Reserva Extrativista Marinha de Cururupu (MA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 8,4,482-499, 2015.

Costa, M.A.F.; Ribeiro, W. de. O.; Tavares, M.G. da. C. Entre a valorização da diversidade humana e a negação da historicidade sócio-espacial: o que pode o ecoturismo na Amazônia? *Terra Livre*, 1,26,165-175, 2006.

Cordovil, J. C. da. As políticas de desenvolvimento do turismo no município de Santarém-Pará-Brasil. *Formação (ONLINE)*. 25,45,179-197, 2018. issn: 2178-7298

Cruz, S.H.R.; Mendes, F. L. de. S.; Campos, R, I, R, de. Ecoturismo e desenvolvimento local na Floresta Nacional de Caxiuanã/ Melgaço (PA). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 9,6,737-750, 2017.

Furlan, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: Rodrigues, A. B. (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, p. 29-58, 2003.

Gazoni, J. L.; Brasileiro, I. L.G. O Turismo como um instrumento de proteção florestal na Amazônia: uma análise multivariada. *Revista Brasileira de pesquisa em Turismo*.23-46, 2018.issn: 1982-6125

IBGE -Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em:jun.2019.

Layrargues, P. P. Muito além da natureza: educação ambiental e reprodução social. In: Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. C. De (Orgs.). *Pensamento complexo, dialética e educação ambiental*. São Paulo: Cortez. p. 72-103. 2006.

Lima, M. L. C. (Eco) turismo em unidades de conservação. In: Rodrigues, A. B. (org.). *Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites*. São Paulo: Contexto, p. 71-87. 2003.

Nobrega, W. Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, Oeste do Estado do Pará. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, U FPA, 2012.

Oliveira, F.T.de.; Silva, I. C.; Matos, J.F.R.; Hora, F.A. dos. S. Ecoturismo no rio puraquequara: suporte para inclusão e proteção ambiental. *Sociedade & Natureza*. 2 (22): 283-295, 2010.

Pinto, P. M. Políticas de turismo e sustentabilidade em comunidades tradicionais: perspectivas conceituais. *Ciências Humanas*. 2,(1):11-21, 2007.

Planalto. Lei n. ° 9.985, de 18 de julho de 2000. *Snuc*. Disponível em:<
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: jul. 2019.

Projeto Agenda Cidadã. Relatório sócio-ambiental de Alter do Chão. 2010. Disponível em:<
<https://www.viconsaga.com.br/output.php?strName=EM%20Ind%EDgena%20Antonio%20de%20Sousa%20Pedroso%20-%20AGENDA.pdf&strFileName=projects/21/3287c01686.pdf>>, acesso em:jul.2019

Ramos, L. M. J.; Oliveira, S. F. Educação Ambiental para o Ecoturismo nas Unidades de Conservação: um nexó ontológico. *Revista eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental*, 20, 2008.

Rangel, L. de. A.; Sinay, L. Ecoturismo como ferramenta para criação de unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ecoturismo*.12,4, 563-580, 2019.

Rodrigues, A. M. A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: Yazigi, E. Carlos, A. F. A.; Cruz, R. C. A. (org.). *Turismo: espaço e cultura*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

Santos, M.M.C. dos. Educação Ambiental e Políticas Públicas: vivências nas escolas municipais. *Curitiba: CRV.11,216*, 2016.

Silva, L. A procura do turismo em espaço rural. *Etnográfica*,11, n.1,141-163, 2013.

Silva, A.M. dos. S.; Rocha, R. R. N. Uma reflexão sobre turismo e desenvolvimento sustentável na APA do Parnaíba/PI-Rota das emoções. *Turismo: Estudos &Práticas*,3,1, 2014.issn: 2316-1493

Silva, O. V. da. Turismo e Meio Ambiente: a preservação de patrimônios naturais por meio do ecoturismo. *Revista Científica Eletrônica de Turismo*,13, 2010.

Swarbrooke, J. Turismo sustentável: turismo cultural, ecoturismo e ética.5. São Paulo: Aleph, 2000.

Travassos, E. G. A prática da educação ambiental nas escolas. Porto Alegre: Mediações, 2006.

Yin, R. Case study research: design an methods. *Beverly Hill: Sage*, 2010.

ANEXO A: NORMAS DE PUBLICAÇÃO DA REVISTA DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. <https://revistas.ufpr.br/made/about/submissions#authorGuidelines>

DIRETRIZES PARA AUTORES

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO (versão 2017)

Escopo da Revista

A revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (DMA) é editada pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Os principais objetivos da revista são publicar artigos de qualidade sobre temas socioambientais nos âmbitos local, nacional e internacional e divulgá-los amplamente em vários circuitos acadêmicos. Ancorado em uma perspectiva interdisciplinar, o foco central da revista é a discussão de problemáticas que se inscrevam na intersecção entre sociedade e natureza. Seu foco socioambiental busca uma visão inovadora, multidimensional e abrangente, que se origine em um diálogo profundo entre os vários campos do conhecimento científico. Artigos de caráter estritamente disciplinar

ou de natureza exclusivamente técnica deverão ser encaminhados para outros periódicos e não serão considerados para publicação, independentemente da sua qualidade.

Tipos de publicação

A *Desenvolvimento e Meio Ambiente* é uma revista eletrônica (online), disponível para consulta e submissão no endereço revistas.ufpr.br/made. Recebe os trabalhos em fluxo contínuo e eventualmente organiza dossiês temáticos publicados junto aos volumes regulares ou em volumes especiais. São aceitos: (i) artigos originais e de revisão; (ii) ensaios; (iii) resenhas de livros publicados recentemente; e (iv) conferências. Eventualmente a revista republicará artigos de grande interesse, traduzidos ou não. Neste caso, os responsáveis pela tradução e submissão do artigo devem informar aos Editores que possuem autorização do(s) autor(es) e/ou da revista onde foi publicado para a republicação do artigo, traduzido ou na língua original.

Regras e políticas

A submissão e o acompanhamento do processo de avaliação dos trabalhos enviados a *Desenvolvimento e Meio Ambiente* serão feitos exclusivamente através do Sistema Eletrônico de Revistas – SER da UFPR, no endereço eletrônico revistas.ufpr.br/made. É necessário que pelo menos um dos autores faça um CADASTRO prévio no sistema antes da submissão, marcando a opção AUTOR. Um dos autores deverá ser designado como Autor de Correspondência, o qual ficará responsável pela comunicação via email.

Não serão aceitos trabalhos submetidos via email ou correio. Caso o autor não consiga acessar adequadamente o sistema, deve entrar em contato com os Editores pelo email: revistamade@gmail.com. Os trabalhos submetidos não devem estar em avaliação por qualquer outra revista e devem ter sido aprovados pelos autores. Ao concluir a submissão de um trabalho, todos os autores automaticamente aceitam as regras e políticas aqui apresentadas.

É função dos Editores avaliar preliminarmente o conteúdo do trabalho submetido e, caso haja restrições à publicação, não designá-lo para avaliação por pares. A rejeição nesta etapa do processo de avaliação implica arquivamento do manuscrito e será comunicado aos autores num prazo médio de 30 dias. Como de praxe na maioria das revistas, nesta etapa *não* será encaminhada uma avaliação do manuscrito para os autores, mas a mensagem comunicando a não aceitação indicará uma das quatro razões fundamentais a seguir:

1) O artigo “não segue nossas NORMAS PARA PUBLICAÇÃO”, estabelecidas nesta página.

2) O artigo “não se encaixa dentro do escopo e foco da revista” (ver acima). Em particular, enfatizamos a necessidade de uma abordagem que promova o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento. Desta perspectiva, decorre a exigência de que o problema de

pesquisa se inscreva na interface entre natureza e sociedade - esta não pode ser apenas um contexto. Por exemplo, manuscritos de direito ambiental não serão aceitos se sua abordagem for exclusivamente jurídica, apenas porque tratam de legislação ambiental – é preciso que conexões com outras dinâmicas (sociais, ecológicas, econômicas, políticas, etc.) sejam parte da problematização e descobertas da pesquisa. Outro exemplo: artigos empregando técnicas como SIG ou sensoriamento remoto não serão aceitos se a abordagem for exclusivamente técnica, apenas porque há um potencial (contexto) de emprego em, digamos, gestão ambiental – é preciso que tal potencial seja efetivamente discutido como parte da problematização e descobertas da pesquisa.

3) O artigo “não apresenta o perfil esperado pela revista”. O perfil desejado pela DMA pode ser resumido como o de artigos científicos originais e de qualidade, ou seja, que atendam às boas práticas da redação científica, e tenham complexidade e sofisticação intelectual compatíveis com o nível que almejamos para a revista. Exemplos de manuscritos que serão recusados por não serem artigos científicos são textos jornalísticos, panfletários, anedóticos ou meros relatórios de pesquisa. Quanto à qualidade, buscam-se artigos escritos profissionalmente, concisos, claros e objetivos, com boa estrutura de texto, adequada problematização de pesquisa (com perguntas de pesquisa ou hipóteses claras), metodologia explicitada e pertinente, respostas e conclusões coerentes e boa inferência lógico-científica, ilustrações de boa qualidade, e minimamente relevantes e atuais. Serão recusados, por exemplo, textos extraídos de teses e dissertações, sem a adequada conversão para o formato de artigo; textos com problemas sérios de linguagem ou de redação e/ou conteúdos simplistas; trabalhos com base empírica muito estreita, ou cujas descobertas aportem pouca novidade.

4) “Em seu estágio atual”, o manuscrito ainda não se encontra em condições de ser enviado aos revisores. Trata-se de uma situação mais rara, em que os editores julgam que o artigo tem méritos e potencial para satisfazer as condições anteriores, mas ainda se encontra imaturo, necessitando de mais uma ou duas rodadas de aperfeiçoamento pelos autores. Pode, por exemplo, haver conteúdos em excesso ou desnecessários, ou ao menos um dos grandes componentes do artigo (como referencial teórico, elaboração dos resultados, discussão dos mesmos, articulação teoria-empíria, etc.) se encontra ainda muito embrionário e/ou o artigo ainda precisa de ao menos uma grande revisão para estar em condições de submissão.

Os Editores poderão também realizar ou solicitar, quando julgarem necessário, pequenas modificações nos originais, visando uma melhor adequação aos padrões da revista. Os editores enviarão aos avaliadores apenas manuscritos cujos defeitos ou limitações tenham chances realistas de correção pelos mesmos, sem uma carga despropositada de trabalho.

Os trabalhos aprovados pelos Editores para avaliação por pares serão encaminhados para, no mínimo, dois avaliadores colaboradores da revista. A avaliação é feita pelo processo duplo-cego, no qual os avaliadores não têm acesso ao(s) nome(s) do(s) autor(es) e vice-versa. O corpo de avaliadores da DMA é formado apenas por pesquisadores doutores de instituições brasileiras e estrangeiras. A avaliação é feita levando em conta o conteúdo, a estruturação do texto e a redação. Os avaliadores recomendarão a aceitação, a rejeição ou a solicitação de modificações obrigatórias. Cabe aos Editores a decisão final sobre a aceitação ou não do trabalho, com base nos pareceres emitidos pelos avaliadores. A

situação dos artigos submetidos pode ser acompanhada através do sistema (revistas.ufpr.br/made) com o login utilizado para a submissão.

A DMA não cobra taxas de submissão, publicação ou de processo editorial. Os Direitos Autorais sobre trabalhos publicados nesta revista são do autor, com direitos de primeira publicação para a revista. O conteúdo dos trabalhos publicados é de inteira responsabilidade dos autores. A DMA adota licenças Creative Commons (CC) para distribuição de seus artigos, nas condições BY-NC-ND. Como a revista é de acesso público (open access), os trabalhos são de uso gratuito em aplicações educacionais e não-comerciais. Os nomes e endereços de email neste site serão usados exclusivamente para os propósitos da revista, não estando disponíveis para outros fins.

Toda correspondência deverá ser encaminhada aos Editores, através do email revistamade@gmail.com ou endereço a seguir:

Universidade Federal do Paraná – UFPR

Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente
Rua dos Funcionários, 1540 – Juvevê
CEP. 80.035-050 – Curitiba – Paraná – Brasil

Informações para submissão no sistema (SER)

O(s) nome(s) do(s) autor(es) NÃO deve(m) constar no arquivo do texto a ser submetido e serão inseridos no sistema durante o processo de submissão.

No “Passo 3. Metadados da submissão (Indexação)” do processo de submissão no sistema, as informações destacadas abaixo devem ser **OBRIGATORIAMENTE** preenchidas, para todos os autores, conforme orientação abaixo:

a) Nome, nome do meio e sobrenome: colocar o nome completo, sem abreviações, correspondente a cada campo.

b) Email: email de contato do autor e que será posteriormente disponibilizado no arquivo final da publicação.

c) ORCID iD: campo opcional, para o autor inserir seu identificador ORCID, caso desejado.

c) URL: neste campo pode-se colocar o endereço do Currículo Lattes (ex. <http://lattes.cnpq.br/4038470820319711>), ou outro link para o Currículo do Autor ou, ainda, deixar em branco.

d) Instituição/Afiliação: vínculo institucional do Autor.

e) País: país do vínculo institucional.

f) Resumo da Biografia: indicar a formação do autor (área e instituição em que concluiu o respectivo curso) da graduação e da última titulação (indicando se especialização, mestrado ou doutorado).

Estrutura e formatação

A *Desenvolvimento e Meio Ambiente* publica trabalhos em português, inglês, espanhol e francês. Os artigos devem ser enviados em sua língua original, sendo obrigatório título, resumo e palavras-chave na língua original, em português e inglês.

Devem ser digitados em OpenOffice ou MS Word (salvos na extensão .doc ou .docx), em tamanho de folha A4, margens superior e inferior de 2,5 cm e esquerda e direita de 3,0 cm, com 1,5 de espaço entre linhas, fonte Times New Roman tamanho 12, texto alinhado à esquerda e todas as páginas numeradas.

As tabelas e figuras devem estar numerados em algarismos arábicos, com legendas em fonte tamanho 10 e inseridos ao longo do texto, no primeiro ponto conveniente após sua primeira menção. São aceitas figuras coloridas, preferencialmente em formato JPEG, embora também sejam aceitáveis os formatos GIF, TIFF, BMP e PNG. Mapas e fotos são considerados Figuras e assim devem estar denominados no trabalho. No arquivo com o artigo para submissão, a qualidade das figuras deve ser suficiente para avaliação, mas, se necessário, pode ser inferior à versão final, de modo que o arquivo não ultrapasse 5 MB. Se o artigo for aceito, as figuras poderão ser novamente fornecidas em melhor resolução para a versão de publicação (no mínimo 300 dpi), devendo ser enviadas separadamente com a respectiva identificação (ex. Figura 1).

Os títulos das seções devem estar numerados em algarismos arábicos, destacados em negrito e itálico (ex. 1. Introdução), e as subseções, em qualquer nível, numeradas e apenas em itálico. Os artigos e ensaios não podem passar de 30 páginas, as resenhas de 5 páginas e as conferências de 20 páginas, incluindo figuras, tabelas e referências.

A estrutura dos artigos e ensaios deve ser a seguinte:

a) Título na língua original, português e inglês.

b) Resumo (com no máximo 300 palavras) na língua original, português e inglês, acompanhados de três a cinco palavras-chaves em cada um dos idiomas.

c) Introdução.

d) Corpo do artigo, com as seções julgadas pertinentes pelos autores.

e) Agradecimentos (opcional).

f) Referências.

As resenhas e conferências não necessitam apresentar a estrutura acima. No caso das resenhas, deve ser apresentada no início a referência completa da obra (conforme as normas para as referências abaixo) na língua original. Nas conferências deve ser indicado o evento, o local e a data em que foi proferida.

As notas de rodapé devem estar no fim da página (e não do documento) e numeradas em algarismos arábicos, fonte Times New Roman tamanho 10, alinhado à esquerda.

Citações e referências

Deve-se evitar a citação de monografias, dissertações, teses, resumos e artigos completos publicados em anais de eventos, bem como relatórios de difícil acesso. Sempre que houver um número de DOI (Digital Object Identifier), indicá-lo ao final da referência. No caso de artigos sem DOI, mas disponíveis em endereços eletrônicos de revistas de livre acesso, indicar o link (“Disponível em: link”) ao final da referência.

As citações e referências devem seguir exemplos abaixo. As citações devem estar ordenadas pelo ano. Exemplos para as citações: “segundo Deléage (2007), Toledo & Barrera-Bassols (2009) e Pinheiro et al. (2010)...”; (Deléage, 2007; Toledo & Barrera-Bassols, 2009; Pinheiro et al., 2010); (Moran, 1994, p. 17); (Deléage, 2007a; 2007b). A lista de referências deve estar em ordem alfabética dos autores.

Livro

Vinha, V. (Org.). Economia do meio ambiente: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

Ostrom, E. Governing the commons: the evolution of institutions for collective action. Cambridge University Press, 1990.

Almeida, J. R. de; Bastos, A. C. S.; Malheiros, T. M.; Silva, M. da D. Política e planejamento ambiental. Rio de Janeiro: THEX Editora, 3. ed., 2004.

Capítulo de livro

Faria, C. A. P. de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. In: Marques, E.; Faria, C. A. P. de F. (Orgs.). A política pública como campo multidisciplinar. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 11-21, 2013.

Davidson-Hunt, I. L.; Berkes, F. Nature and society through the lens of resilience: toward a human-in-ecosystem perspective. In: Berkes, F.; Colding, J.; Folke, C. (Eds.) Navigating social-ecological systems: building resilience for complexity and change. Cambridge University Press, 2003. p. 53-82.

Artigos de periódico

Gadda, T. M. C.; Marcotullio, P. J. Changes in Marine Seafood Consumption in Tokyo, Japan. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 26, 11-33, 2012. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/made/article/view/26043/19669>

Walker, P. A. Political ecology: where is the politics? *Progress in Human Geography*, 31(3), 363-369, 2007. doi: 10.1177/0309132507077086

Teses e Dissertações

Bitencourt, N. de L. da R. A problemática da conservação ambiental dos terrenos de marinha: o caso da Orla do Canal da Barra da Lagoa, Ilha de Santa Catarina, Brasil. Florianópolis, Tese (Doutorado em Geografia) – UFSC, 2005.

Documentos em formato eletrônico

MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. Status atual das atividades de projeto no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) no Brasil e no mundo, 2007. Disponível em: <www.mct.gov.br/upd_blob/7844.pdf>. Acesso em: jan. 2008.

Constituição, Leis, Decretos e Resoluções

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. 11. ed. São Paulo, Atlas 1998.

Brasil. Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília: DOU de 11/1/2002.

Brasil. Decreto n.º 5.300, de 7 de dezembro de 2004. Regulamenta a Lei n.º 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências. Brasília: DOU de 8/12/2004.

CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.º 004, de 18 de setembro de 1985. Brasília: DOU de 20/1/1986.

Trabalhos em anais de congresso

Moura, R.; Kleinke, M. de L. U. Espacialidades e institucionalidades: uma leitura do arranjo sócio-espacial e do modelo de gestão das regiões metropolitanas do sul do Brasil. In: Anais do Encontro Anual da ANPOCS. Petrópolis, 24 de out., 2000.

CONDIÇÕES PARA SUBMISSÃO

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

O trabalho submetido é original e inédito, e não está sendo avaliado para publicação em outra revista; caso contrário, justificar em “Comentários ao Editor”

O arquivo submetido não contém o(s) nome(s) do(s) autor(es), garantindo, portanto, o processo de revisão duplo-cego

O arquivo submetido atende rigorosamente as regras, políticas, estrutura e formatação exigida pela revista, apresentadas nas **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

No arquivo submetido foram verificadas se todas as citações bibliográficas constam nas Referências e vice-versa, bem como se as referências estão no formato exigido pela revista, conforme apresentado nas **NORMAS DE PUBLICAÇÃO**

DECLARAÇÃO DE DIREITO AUTORAL

Os Direitos Autorais sobre trabalhos publicados nesta revista são do autor, com direitos de primeira publicação para a revista. O conteúdo dos trabalhos publicados é de inteira responsabilidade dos autores. Como a revista é de acesso público (open access), os trabalhos são de uso gratuito em aplicações educacionais e não-comerciais.

POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Os nomes e endereços de e-mail neste site serão usados exclusivamente para os propósitos da revista, não estando disponíveis para outros fins.